



PREFEITURA DE
IRANDUBA

OFÍCIO Nº 305/2025-GAB/PREFEITO/PMI

Iranduba/AM, em 18 de fevereiro de 2025.

URGENTE

À Vossa Excelência

BRUNO DA SILVA LIMA

Presidente da Câmara Municipal de Iranduba

Assunto: Projeto de Lei nº 098, de 18 de fevereiro de 2025.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho a presença de Vossa Excelência e dos dignos Vereadores que compõem esta egrégia Câmara Municipal, com o objetivo de **ENCAMINHAR** o Projeto de Lei nº 098, de 18 de fevereiro de 2025, que *“Altera dispositivos da Lei Municipal n.º 572, de 23 de fevereiro de 2024, que institui a Política Municipal de Educação Integral da Rede Municipal de Ensino do Município de Iranduba, para incluir a regulamentação da educação integral para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.”*.

No ensejo, renovo os votos de elevado apreço e consideração.

Atenciosamente,


JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito do Município de Iranduba/AM

CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA
PROTOCOLO
RECEBIDO EM: 21/02/25 ÀS HS 13:43
DOCUMENTO(S) EM 2 LAUDA(S)
RUBRICA

01	
----	---



gab.prefeitodeiranduba@gmail.com



TRAVESSA JARAQUI, S/N - CENTRO
IRANDUBA - AMAZONAS - CEP 69.415-000

Gabinete do Prefeito



PREFEITURA DE
IRANDUBA

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 098/2025-GAB/PMI.

Excelentíssimo Senhor BRUNO DA SILVA LIMA, Presidente do Legislativo do Município de Iranduba-AM.

Assunto: Projeto de Lei nº 098/2025 que “**Altera a Lei Municipal n.º 572, de 23 de fevereiro de 2024.**”

Senhor Presidente

Senhores Vereadores,

Visa a presente mensagem, submeter à apreciação desta Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre a alteração de dispositivos da Lei nº 572, de 23 de fevereiro de 2024.

Referido projeto visa alterar a referida lei reforçando o alcance da normativa, a fim de abranger não apenas os Anos Finais, mas também a Educação Infantil e os Anos Iniciais, compreendendo, assim, o ciclo completo do Ensino Infantil e Fundamental.

Cumpre ressaltar que a inclusão da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no escopo da Política Municipal de Educação Integral de Iranduba está em consonância com o disposto no artigo 211, § 2º, da Constituição Federal, que estabelece que "Os Municípios atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil." Essa diretriz constitucional reforça a responsabilidade do município em garantir acesso e qualidade na educação básica, abarcando todas as suas etapas de ensino.

A ampliação da Política de Educação Integral para incluir a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental é uma medida que se alinha às diretrizes nacionais de educação, que visam garantir a equidade e a qualidade no acesso à educação em tempo integral, promovendo, assim, uma maior inclusão social e a redução das desigualdades educacionais.

Com a ampliação do atendimento à educação integral, será possível proporcionar aos estudantes da Educação Infantil, e do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental acesso à





PREFEITURA DE
IRANDUBA

atividades complementares que enriquecerão seu aprendizado, desenvolverão suas habilidades e potencialidades, e contribuirão para a sua formação como cidadãos críticos e atuantes na sociedade.

Ademais, a proposta se fundamenta na premissa de que a educação integral é um vetor essencial para a redução dos índices de evasão escolar, abandono e reprovação, além de contribuir para o incremento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no município. O fortalecimento da educação integral na Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais do ensino fundamental permitirá que os estudantes experimentem uma experiência educacional mais rica e diversificada, promovendo a articulação entre o saber formal e as práticas culturais, artísticas e esportivas, essenciais para a formação de uma cidadania plena e consciente.

A presente proposta é uma resposta às demandas da comunidade escolar e da sociedade em geral, que necessitam de uma educação que não se limite ao ensino de conteúdos, mas que se preocupe com a formação integral do ser humano. A aprovação deste Projeto de Lei representa um passo significativo para a construção de um sistema educacional mais inclusivo e capaz de atender às necessidades de todos os estudantes do município de Iranduba.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres Vereadores para a aprovação deste Projeto de Lei, que, sem dúvida, trará benefícios inestimáveis para a educação no nosso município e, conseqüentemente, para o futuro de nossos jovens.

Requer-se ao mesmo tempo que, o presente Projeto de Lei tramite no **Regime de Urgência**, na forma do Art. 46, da Lei Orgânica do Município de Iranduba.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRANDUBA-AM, em 18 de fevereiro de 2025.


JOSE AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba-AM.





PROJETO DE LEI N° 098/2025-GAB/PMI, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2025.

“Altera dispositivos da Lei Municipal n.º 572, de 23 de fevereiro de 2024, que institui a Política Municipal de Educação Integral da Rede Municipal de Ensino do Município de Iranduba, para incluir a regulamentação da educação integral para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.”

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA, Prefeito do Município de Iranduba, Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica do Município, **FAZ SABER** a todos que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art.1º. Esta Lei dispõe sobre a alteração de dispositivos da Lei Municipal n.º 572, de 23 de fevereiro de 2024.

Art. 2º. O Parágrafo Único do art. 1º, da Lei nº 572, de 23 de fevereiro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º [...]

“Parágrafo único: A Política Municipal de Educação Integral constitui-se como política promotora de formação e do desenvolvimento humano do aluno nas dimensões físicas, intelectual, afetiva, cultural e social, visando a sua participação de forma autônoma e crítica, consigo mesmo e com o mundo, exercendo o protagonismo, dentro ou fora da escola e com o envolvimento da comunidade, contribuindo com a independência pessoal dos estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, Anos Iniciais e Anos Finais e suas respectivas modalidades de ensino.”





Art. 3º. O art. 5º, da Lei nº 572, de 23 de fevereiro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Os locais de atendimento desta política que atendem Educação Infantil serão denominados U.M.E.I.T.I – Unidade Municipal de Educação Infantil em Tempo Integral e, E.M.T.I – Escola Municipal em Tempo Integral para os locais de atendimento do Ensino Fundamental.”

Art. 4º. O art. 6º, da Lei nº 572, de 23 de fevereiro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º Os horários de funcionamento das U.M.E.I.T.I e das E.M.T.I e sua organização curricular, será dividida em parte comum e em Componentes Integradores na Rede de Ensino do Município de Iranduba/AM, no âmbito da Política Municipal de Educação Integral, deverão ser organizados observando os seguintes casos”

Art. 5º. O inciso II, alínea “a”, do art. 6º, da Lei Municipal nº 572, de 23 de fevereiro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º, II [...]

“a) A organização curricular da Educação Infantil e do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental e suas modalidades de ensino inclui o currículo básico obrigatório conforme definido na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Referencial Curricular Amazonense (RCA), bem como, atividades que contribuem para o desenvolvimento e formação integral do aluno, denominadas de atividades complementares.”

Art 6º. O inciso III, do art. 6º, da Lei Municipal nº 572, de 23 de fevereiro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:





Art. 6º, [...]

“III. A carga horária da(s) Unidade Municipal de Educação Infantil em Tempo Integral – U.M.E.I.T.I e das Escolas Municipais em Tempo Integral – E.M.T.I que atendem ao Ensino Fundamental Anos Iniciais será de 7 horas diárias para os alunos, sendo representada por 20 horas/aulas da Base Nacional Comum Curricular somadas a 15 horas/aulas destinadas para os Componentes Integradores. E, para os Anos Finais será de 7 horas diárias para os alunos, sendo representada por 25 horas/aulas da Base Nacional Comum Curricular somadas a 10 horas/aulas destinadas para os Componentes Integradores.”

Art. 7º. Caberá à Secretaria Municipal de Educação do Município de Iranduba/AM, elaborar um Plano de Implementação da Política Municipal de Educação Integral que contemple as diretrizes específicas para a Educação Infantil e para os Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, garantindo o acesso e a permanência dos alunos nesse nível de ensino.

Art. 8º. As demais disposições da Lei Municipal nº 572, de 23 de fevereiro de 2024, permanecem inalteradas.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRANDUBA-AM, em 18 de fevereiro de 2025.

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba-AM

DIEGO DAS NEVES LOUREIRO
Procurador Geral do Município





PREFEITURA DE
IRANDUBA



ALTEMAR LEÃO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Educação, Esporte e Lazer

PREFE

IRANDUBA

1982



gab.prefeitodeiranduba@gmail.com



TRAVESSA JARAQUI, S/N - CENTRO
IRANDUBA - AMAZONAS - CEP 69.415-000

Gabinete do Prefeito

07



ML